

Passos e impasses das políticas de diversidade religiosa

Este livro de Mailson Cabral de Souza, fruto de elogiada pesquisa para o seu Mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da UNICAP, analisa o discurso político do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa (CNRDR) e suas implicações para a promoção da liberdade e da diversidade religiosa no Brasil. Mailson adotou como marco teórico e metodológico a Análise de Discurso de linha francesa, pressupondo que a linguagem das atas e notas do Comitê oculta, mas pode revelar, divisões e disputas políticas da sociedade. Sua conclusão é de que a noção de diversidade resulta muito heterogênea, dando margem, por exemplo, a que a bandeira da liberdade religiosa seja levantada por bancadas da bíblia para defender o seu proselitismo, ou que grupos religiosos minoritários, como os afro, reivindicuem a criminalização da intolerância religiosa – sem que o Estado ainda tenha definido o que é mesmo uma religião.

Não obstante esses e outros paradoxos e impasses que a análise linguística do livro ajuda a detectar nas políticas para a diversidade religiosa, ensejando o seu aprofundamento e melhor condução, o texto de Mailson Cabral ressalta os passos dados para relacionamento desse campo com o dos direitos humanos pela criação do Comitê, que trouxe o fator religioso para o espaço público e a discussão democrática. Face à complexidade do fenômeno religioso e às demandas dessa área para a administração pública, houve entendimento por parte da então ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, que deveria haver nessa Secretaria uma área específica para a questão religiosa, contemplando a sua diversidade e relações com os valores republicanos. Tal dimensão da vida mereceria um destaque maior na construção de políticas públicas de direitos humanos, tendo em vista não apenas ações específicas na temática da religiosidade, mas ações envolvendo as questões espirituais na transversalidade das políticas.

Assim, foi criada, em 2011, uma Assessoria da Política de Diversidade Religiosa vinculada ao gabinete da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. No período de 2011 a 2013 diversas ações de promoção dos direitos humanos e diversidade religiosa foram realizadas a partir de visitas a locais vulneráveis à intolerância religiosa, de contribuições em debates, audiências públicas, seminários e

eventos e do incentivo aos estados e municípios para criação de Comitês de Diversidade Religiosa. Editou-se uma cartilha e vídeo sobre Diversidade Religiosa e Direitos Humanos, foram produzidos materiais didáticos para escolas e a organizou-se um livro com temáticas relacionadas à diversidade religiosa e à laicidade do Estado. A capacitação em nível nacional sobre Educação em Direitos Humanos no contexto da Diversidade Religiosa Brasileira buscou alavancar qualitativamente as ações dessa dimensão em diversas regiões do país.

Nesse contexto, o Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa, que já vinha sendo ensaiado, foi configurado pela portaria 92, de 24 de janeiro de 2013, com a finalidade de promover o direito ao livre exercício das diversas práticas religiosas, disseminando uma cultura da paz, da justiça e do respeito às diferentes crenças e convicções. O Comitê, do qual participei através de seleção pública, tinha função de assessoramento da Ministra e deveria contribuir na elaboração de políticas e no estabelecimento de estratégias de afirmação da diversidade e da liberdade religiosa, inclusive o direito de não ter religião, da laicidade do Estado e do enfrentamento da intolerância religiosa; de forma a viabilizar a implementação das ações programáticas previstas no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

A ministra Maria do Rosário abriu a primeira reunião do CNRDR, que ocorreu nos dias 18 e 19 de março de 2014, em Brasília (DF). O colegiado era composto por 20 representantes, sendo 10 suplentes e 10 titulares do governo e da sociedade civil, para um mandato de dois anos. Segundo ela, embora cada membro tenha sua religião, os critérios de participação no grupo não foram baseados na fé de cada um. O objetivo era agregar pessoas que tivessem capacidade de diálogo com diferentes crenças para estimular uma integração. “Não há separação entre o conceito de Estado laico e o respeito à diversidade religiosa. Também peço do comitê uma palavra permanente contra a violência no sentido mais amplo”, disse a ministra ao abrir os trabalhos.

Nos encontros e discussões que se seguiram, e cujos registros oficiais Mailson analisa criticamente no livro, os membros do Comitê discutiram como o diálogo entre as tradições espirituais pode evocar a misericórdia da Regra de Ouro das religiões, em meio à conjuntura de divisão social pela qual passa o país, no sentido de ajudar as pessoas a enxergarem as outras com respeito, para além das paixões políticas – e das identidades religiosas. Foi também esboçado um Plano de Respeito à Diversidade Religiosa e uma Rede de Proteção às Vítimas de Intolerância, e avançou, com a animação do Comitê, em

um Módulo de Intolerância Religiosa no Disque e Clique 100, uma Campanha através das redes sociais pelo Respeito ao Pluralismo de Atitudes Espirituais e uma divulgação escolar de Publicações sobre Diversidade Religiosa, além de Programas de Promoção da Diversidade Religiosa na TV. O Comitê se manifestou publicamente em defesa de tradições religiosas agredidas, sobretudo as de matriz afro, como também em favor do Ensino Religioso como aprendizagem crítica dos conhecimentos espirituais da humanidade. Deslanchou-se ainda uma Pesquisa abrangente sobre Violência e Intolerância Religiosa no território nacional.

Em meio a essas ações democráticas e pluralistas, a cultura nacional foi tendendo para o autoritarismo conservador. O Brasil começou a viver tempos de polarização sócio-política e de crescente comunitarismo fundamentalista das religiões. As denúncias de intolerância religiosa recebidas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos atingiram em 2015 seu maior número desde 2011, quando passou a receber essa reclamação. Foram 556 casos reportados aos serviços Disque e Clique 100, constituindo um aumento de 273% em relação a 2014. Além disso, há fatos de aparente fervor missionário relatados pela imprensa, inclusive invocando legislações de “liberdade religiosa”, que mascaram proselitismos intolerantes. Acompanhar os encaminhamentos restaurativos desses conflitos culturais, como também tolher a instrumentalização estatal por lideranças eclesiásticas, mas sobretudo articular políticas preventivas de respeito à diversidade religiosa e à laicidade do Estado era a tarefa do CNRDR.

A pesquisa que deu origem a este livro certamente ajudará na avaliação desse papel e na melhoria futura das políticas públicas de promoção da diversidade religiosa. Com tal obra, Mailson Cabral debuta com arrojo no campo dos estudos de religião, trabalhando na constitutiva interface desta com a linguagem. Com efeito, a interpretação de textos religiosos, mas também de textos da cultura com temas religiosos, quais sejam os da literatura ou os da política, devem ocupar um lugar precípuo entre as tarefas das Ciências da Religião. Trata-se de estudar como sentimentos e práticas religiosas, junto com as suas controvérsias, são expressos nos templos e proclamados nas praças, mas igualmente de analisar como complexos simbólicos modelizam religiosamente o mundo, dotando os textos espirituais de grande poder de manutenção ou recriação da sociedade.

Em nosso tempo turbulento de transformação sociopolítica, no qual o fator religioso tem sido decisivo, demandando maior envolvimento crítico dos estudiosos de religião no espaço público, o livro de Mailson traz um grande aporte, apontando para a possibilidade

de traduções interculturais de projetos democráticos, tratando de vincular uma concepção contra hegemônica do movimento de direitos humanos aos grupos religiosos libertários de várias tradições espirituais.

Gilbraz Aragão,

Professor da UNICAP, presidente da ANPTECRE.